

POLÍTICA ALÉM DA NOTÍCIA

Inércia latente

A Constituinte não será parlamentarista, nem profundamente reformista em questões de legislação eleitoral ou das instituições permanentes do País. Os constituintes, 80 por cento dos quais são provenientes dos setores ligados à indústria, ao comércio e à agricultura, havendo uma margem reduzida de profissionais liberais e de empresários de serviços, buscarão, isso sim, ampliar os níveis de descentralização do poder federal...

JOSÉ HUGO TEM OPCÕES

Não será para a área privada que o ministro José Hugo Castelo Branco poderá emigrar, caso deixe o Ministério da Indústria e do Comércio. Na verdade, ele poderá ir para a presidência de uma fortíssima empresa estatal, com sede no Rio de Janeiro.

GESTÕES PARA O DIA 15

O Palácio do Planalto tudo estava fazendo para que a escala do presidente alemão não fosse em Recife, a caminho de Buenos Aires, mas em Brasília, a fim de que o presidente Sarney tenha um compromisso oficial na sua agenda para o dia 15, que o desobrigue a comparecer a alguma posse de governador.

NA FRANÇA, E NÃO AQUI

Existe um instituto na França pelo qual os ministros do Governo dizem: "Je donne ma demission". Ou seja, entregam os cargos, sem o menor apego ou resistência, antes que o chefe de governo os peça. Muito diferente de um certo País.

LEONARDO MOTA NETO

PLENÁRIO



Descontração na Constituinte: na tribuna, Gumerindo discursa sem gravata, enquanto no plenário...

Gravata (ou sua falta) toma conta da sessão

Diogo Cunha Lima, dois anos, e Gumerindo Milhomem, constituinte eleito pelo PT paulista com 20.066 votos, foram as estrelas, ontem, da sessão plenária da Assembleia Nacional Constituinte. O primeiro, guiado pelo cacula da casa, deputado Cássio Cunha Lima (PMDB-PB), 23 anos, seu Pai, não chegou a ser importunado. Apenas foi seguido pelo olhar de reprovação do presidente da mesa, deputado Humberto Souto (PFL/MG). Já o segundo, não teve a mesma sorte.

Sampaio (PT), irônico, disse a Humberto Souto que "V. Exa, escandalizaria meu avô" se no tempo dele presidido a sessão trajado como estava ontem. A discussão ia continuar, quando Souto resolveu pôr fim às manifestações chamando o orador seguinte. Não deu sorte. O nome inscrito era de outro petista, Virgílio Guimarães, de Minas Gerais. E seu primeiro assunto, como não poderia deixar de ser, foi a gravata, ou a falta dela, de Gumerindo Milhomem. Lembrou que o episódio era significativo de quão profunda mudança precisava passar o País.

Ao deputado Humberto Souto só restou ouvir calado. Afinal, Virgílio Guimarães não só estava engravatado como até mostrava a indumentária aos colegas, para afirmar que sem ela não se sentia menos representativo de seus eleitores.

Faltava cerca de 40 parlamentares para atingir os 94 que o Regimento obriga. E na maior parte da sessão, o comparecimento variou entre 30 e 50 constituintes, terminando com uma dúzia deles. Cássio Cunha Lima e seu filho Diogo, que passaram tranquilamente pela segurança que costuma barrar jornalistas que cobrem a casa, também não foram incomodados pelo presidente da mesa. Os dois passaram à vontade pelo plenário. Foram filmados, fotografados e o pequeno chegou a sentar-se no colo de Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP). Só quando já estavam de saída e uma emissora de televisão, atrasada, pediu que voltassem para uma tomada, o deputado disse que atenderia rapidamente, pois sentia um olhar de reprovação no presidente Humberto Souto.

NORMAS FERIDAS

O Regimento de fato foi desrespeitado quando o presidente da mesa permitiu a reabertura dos trabalhos — depois de suspendê-los imediatamente após iniciá-los, às 14 horas, por haver apenas 10 constituintes em plenário — sem o quorum mínimo exigido.

TANQUES

A sessão da Constituinte foi marcada por protestos contra as intervenções do Exército nas refinarias de petróleo e da Marinha nos portos. "Ficamos na expectativa de saber o que a Aeronáutica vai fazer", disse o deputado Haroldo Lima (PC do B/BA), denunciando o que chamou de "investida contra o trabalhador brasileiro". A ação militar foi entendida pelo deputado Florestan Fernandes (PT/SP), conforme revelou da tribuna, como um recado à Constituinte de que o poder real continua com os militares. "A intervenção está sendo interrompida porque seu objetivo — de mostrar qual a fonte real de poder foi atingido", sustentou, se queixando de que "não há resistência cívica, que deveria partir dessa casa".



... Diogo passeia levado pelo pai Cássio Lima

de Aa Z os Constituintes

Fábio Feldmann. Ecologista paulista, tem como bandeira a defesa do verde. Sua descontraída campanha atraiu a atenção dos jovens.

José Genoíno. Ex-guerrilheiro no Araguaia, reeleito pelo PT de São Paulo, defende o presidencialismo com diretas já.

Fábio José Feldmann (PMDB-SP) levou o verde a ganhar espaço na Constituinte. Ecologista paulista, com dez anos de militância ambientalista, sua campanha foi marcada pela descontração. Fugindo dos tradicionais meios de propaganda, apresentou um perfil novo de fazer política. Seu nome chegou a ser considerado o "azarão" nas eleições de novembro passado. Entretanto, mais de 46 mil eleitores de São Paulo, na grande maioria, apostaram nas suas propostas de proteção ao meio ambiente e tornaram Fábio Feldmann, a surpresa eleitoral paulista. A preocupação com as comunidades indígenas ameaçadas por projetos regionais de desenvolvimento e exploração das riquezas naturais, também tem marcado seu trabalho, assim como a defesa de uma reforma agrária e urbana com preservação ambiental. A proteção ao meio ambiente não se refere apenas à flora e à fauna. A partir desse ponto de vista, Fábio Feldmann defende o início de estudos de agrupamentos humanos, tendo como seu primeiro mandamento a qualidade de vida como direito de todos os cidadãos. Independente, Fábio Feldmann é chamado o deputado dos ecologistas, em face das inúmeras propostas pela defesa da ecologia no Brasil, entre as quais, a formação de estudos de impacto ambiental, antes da implantação de obras e o direito à informação à população sobre projetos governamentais que possam alterar o meio ambiente. De tendência centro-esquerda, Fábio Feldmann, de 31 anos, solteiro, é considerado por algumas correntes peemedebistas como petista no PMDB e, pelos próprios petistas, como um equivocado dentro do partido do Governo. Feldmann tem sido procurado por deputados e senadores de todos os partidos políticos, interessados em defender uma bandeira verde no Congresso.

José Genoíno Neto (PT-SP), 40 anos, reeleito deputado com 28 mil e 54 votos, chegou a Câmara cercado de grande curiosidade pelo seu passado de guerrilheiro no Araguaia. Militante do PRC (Partido Revolucionário Comunista) uma dissidência do PC do B, preso de 72 a 78, Genoíno destacou-se nos debates em plenário, onde atuou de forma agressiva na defesa de seus pontos de vista. Cearense de Quixeramobim, foi expulso da faculdade com base no Decreto-lei 477. Genoíno é a favor da manutenção do regime presidencialista, com mandato de quatro anos, permitida apenas uma reeleição, por entender que o povo "ao escolher o presidente personifica nele a responsabilidade principal para cobrar, fiscalizar, apoiar ou protestar". O parlamentarismo, segundo ele, "dilui a relação do povo com o poder". É favorável a que a Constituinte delibere a convocação de eleições diretas para a Presidência da República logo após a promulgação da Nova Carta, afirmando, dessa forma, o "caráter transitório" do mandato do presidente Sarney. Quanto à dívida externa é favorável ao seu não-pagamento, defendendo a inclusão na Constituição de uma declaração expressa da sua "nulidade". Em relação à reforma agrária, prega a desapropriação das terras em mãos de estrangeiros, dos grandes latifúndios improdutivos e das terras devolutas, ficando o Estado comprometido a financiar os pequenos produtores que visem ao abastecimento do mercado interno. E contra o voto distrital, por entender que sua implantação irá "consagrar o poder das oligarquias em cada área do curral eleitoral" e simpático à legalização do aborto, frisando que o Estado "deve ter a obrigação de dar assistência gratuita às mulheres que recorram a esse método".

CORREÇÃO: no perfil dos Constituintes publicado ontem as fotos dos deputados Fernando Santana e Olivio Dutra, por engano, saíram trocadas.

Constituição não é panacéia

JOSE ELIAS MURAD*

As leis no Brasil são como as vacinas: umas pegam, outras não. A Nova Constituição precisa "pegar". Muitas pessoas imaginam que a nova Constituição brasileira poderá resolver senão todos os nossos problemas, pelo menos, a maioria. A dívida externa, a interna, a inflação, o desemprego, os baixos salários, a delinquência de moradia, o menor abandonado, os juros extorsivos, os baixos salários dos aposentados, viúvas etc, etc.



A verdade, no entanto, é que a nova Carta Magna não é — e nem poderá ser — a panacéia para resolver todos os males de que o Brasil sofre. Muitos de nossos problemas são extremamente complexos e profundos para serem resolvidos através de princípios legais e preceitos que podem ser colocados na nossa lei maior. A verdade é que, no Brasil, muita coisa é simplesmente colocada no papel, mas jamais é cumprida, ou então cumprida apenas parcialmente.

Um exemplo disso pode ser dado com alguns dispositivos da atual Constituição brasileira, como, por exemplo, o que dispõe que o ensino primário é obrigatório e gratuito para as crianças até 14 anos. E temos, no Brasil, cerca de 7 milhões de crianças nessa faixa etária sem escola. Outro é o dispositivo que afirma que o salário mínimo do trabalhador deve ser em um valor tal que possa prover a subsistência mínima de uma família. E quem pode viver realmente com Cz\$ 1.388,00 que é o seu valor atual? Isto não dá sequer para uma única pessoa, e muito menos, evidentemente, para sustentar uma família inteira. E assim, muitos outros exemplos poderiam ser citados.

E lógico que é necessário remover o chamado "entulho autoritário" que predomina na Constituição vigente. Neste campo é que, acreditamos, poderá existir grandes avanços e boas inovações.

Outro erro de interpretação que se vem cometendo com certa frequência, é imaginar que se pode incluir na nova Constituição dispositivos legais e princípios que, na verdade, só caberiam na legislação ordinária. A proceder-se assim, a futura Constituição seria na verdade, um imenso tratado, e não a Carta Magna do País.

Por exemplo, tenho sido interpelado por vários amigos de que maneira pretendo colocar o grave problema do abuso de drogas no texto da nova Constituição. Ou então os sérios problemas dos medicamentos e da qualidade dos alimentos.

A minha resposta é de que não posso ter a pretensão — mesmo como médico, farmacêutico e químico que sou — de colocar assuntos tão específicos na legislação maior da Nação. A proceder-se assim, a nossa Constituição não passaria de um repositório de leis, as mais variadas.

No caso em tela, o meu objetivo seria incluir um artigo bem amplo, no capítulo referente à saúde, e que, englobando os setores citados, poderia, depois, dar força constitucional para leis ordinárias mais restritivas nos respectivos setores. Por exemplo, um artigo constitucional com o seguinte teor:

"É dever do Estado proteger o cidadão contra os agravos ou agressões à saúde representados pelo abuso de drogas, intoxicações por medicamentos, contaminação dos alimentos e poluição ambiental".

Procedendo-se de tal maneira, evitar-se-á que a nossa Carta venha a ter dispositivos, artigos, parágrafos em excesso, o que tornaria impraticável cumpri-la em toda a sua extensão.

A nova Constituição brasileira — tenho a esperança — deve ser concisa, escorrelta, clara, não muito extensa e, sobretudo, prática, a fim de que possa não só ser lida e compreendida por todos, como também cumprida em toda sua plenitude.

* José Elias Murad é deputado pelo PTB de Minas Gerais

Sant'Anna terá gabinete para liderar melhor

Enquanto busca abrir espaço político através de uma postura que envolve a cúpula do PMDB, pelo menos espaço físico a liderança do Governo na Câmara já conquistou: ganhará quatro salas no conjunto de 400 metros quadrados que abrigava até recentemente a vice-presidência da República. Ali ficarão também os gabinetes dos integrantes da mesa da Constituinte, uma assessoria especial e uma sala de reuniões.

A mesa da Câmara deverá deliberar sobre ainda o número de funcionários que destinará à liderança do Governo, uma vez que pela legislação administrativa atual essa figura não existe. A idéia em estudo seria oferecer 21 pessoas ao líder, entre funcionários e assessores, número que corresponde ao mínimo reservado aos partidos com menos de 20 deputados. Inicialmente chegaram mesmo a tomar como referência que a liderança do Governo, na prática da maioria, poderia ser vista como a soma das bancadas do PMDB e do PFL. Só que nesse caso o líder contaria com nada menos de 63 funcionários, número excessivo, uma vez que ele não detém corpo de vice-líderes — e é pequena a sua interferência direta na bancada. Apesar de vencer com as quatro salas um problema que dificultava seu trânsito, o líder do Governo, Carlos Sant'Anna não demonstrou maior tranquilidade com a solução dessa questão que o impedia de trabalhar. Há três dias, não comparece ao gabinete da comissão de saúde aonde concedia entrevistas diárias e aos que o procuram no seu gabinete de deputado manda avisar que nada tem a declarar, pedindo que lhe dêem sossego para trabalhar.

Trabalhar em quê? Sant'Anna argumenta que está costurando a harmonia do PMDB em torno da sustentação do Governo, repetindo, porém, que não está distribuindo cargos nem favores em nome do Palácio do Planalto. Apenas lembra a responsabilidade do partido nesse período de transição. A respeito da possibilidade de ganhar um espaço para trabalhar na Câmara, não comenta, desconfiado que pode sofrer reclamação de outros partidos interessados em melhores acomodações. Os nânticos com mais de cinco deputados, por exemplo, reclamam da Câmara espaço para as suas lideranças. Por decisão administrativa parte do local que abriga agora as vice-lideranças dos grandes partidos embaixo do salão verde, será redistribuído, de forma a dar duas salas ao PDC, PC do B e PL, os únicos dos pequenos que se enquadram nas exigências.



Carlos Sant'Anna já tem salas e funcionários